



Índice

1. Apresentação	3
2. Introdução	4
Parte I – Grandes Opções do Plano	5
3. Para onde queremos ir?	6
3.1. Introdução.....	6
3.2. Objectivos estratégicos.....	6
3.3. Objectivos e políticas sectoriais	7
3.3.1 Adequar a política de ordenamento do território e ambiente aos novos desafios associados à plataforma portuária e industrial.....	7
3.3.2 Urbanismo e ambiente: Qualificar o ambiente urbano e natural	8
3.3.3 Habitação: Promover a satisfação das necessidades actuais e futuras	8
3.3.4 Equipamento social: Promover e cooperar com outras entidades para satisfazer as necessidades actuais e futuras	10
3.3.5 Promover a educação para a cidadania e protecção civil.....	11
3.3.6 Adequar as infra-estruturas de transporte às actividades económicas existentes e previstas	11
3.3.7 Criar as condições adequadas ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas dos sectores turístico, pesqueiro e de indústria ligeira	13
3.3.8 Modernizar e qualificar os serviços municipais.....	14
4. Como vamos lá chegar?	15
4.1. Introdução.....	15
4.2. Instrumentos de planeamento (intersectorial)	15
4.3. Instrumentos de programação sectorial	16
4.3.1 Introdução.....	16
4.3.2 Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines	16
4.3.3 Política Municipal de Solos.....	17
Programa Habitacional de Realojamento	17
Programa de habitação para jovens.....	17
Reserva de solos e produção de solo urbano para habitação.....	17
Programa de apoio à promoção cooperativa de habitações a custos controlados	18
4.3.4 Programa de infra-estruturação urbana	18
4.3.5 Programa de apoio à construção e modernização de equipamentos colectivos.....	19
4.3.6 Programa de educação para a cidadania e protecção civil	19
4.3.7 Programa de apoio às actividades culturais, educativas, desportivas e de solidariedade social	20
4.3.8 Programa de dinamização da actividade económica	20
4.3.9 Programa de organização interna e modernização administrativa.....	21

**Parte II – Actividades relevantes..... 22****5. Actividades relevantes..... 23**

5.1. Introdução.....	23
5.2. Descrição das actividades.....	23
1 . Funções gerais.....	23
1.1.1. Administração Geral	23
1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios.....	23
2. Funções Sociais	24
2.1.0. Educação.....	24
2.2.0. Saúde	24
2.3.2. Acção Social.....	24
2.4.1. Habitação	25
2.4.2. Ordenamento do Território	25
2.4.3. Saneamento	25
2.4.4. Abastecimento de água.....	26
2.4.5. Resíduos sólidos urbanos	26
2.4.6. Protecção do meio ambiente.....	26
2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos	26
2.5.1. Cultura	26
2.5.2. Desporto, recreio e lazer	27
2.5.3. Outras actividades cívicas e religiosas.....	27
3. Funções económicas.....	27
3.3.0. Transportes e comunicações.....	27
3.3.1. Transportes Rodoviários	27
3.4.0. Comércio e turismo.....	27
3.4.1. Mercados e Feiras	27
3.4.2. Turismo.....	28

Parte III – Plano Plurianual de Investimentos..... 29**6. Plano Plurianual de Investimentos..... 30**

6.1. Introdução.....	30
6.2. Mapas do PPI.....	31



1. Apresentação

As Grandes Opções do Plano 2002-2005, as Actividades Relevantes, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento do ano 2002 são instrumentos básicos da organização e desenvolvimento municipal nas suas acções de curto e médio prazo.

Na primeira parte - Grandes Opções do Plano 2002-2005 - é apresentada a estratégia do município, consubstanciada em objectivos estratégicos e políticas sectoriais, das quais se destacam, como prioritárias, os objectivos, acções e projectos, bem com as obras que darão resposta às preocupações desta Administração Local de importância decisiva para o desenvolvimento e qualificação do nosso concelho, das quais destaco:

- planeamento;
- a requalificação urbanística, designadamente dos centros históricos e bairros residenciais de Sines e Porto Covo;
- a habitação adequada às necessidades de cada um;
- os equipamentos e serviços de utilização colectiva;
- apoio ao desenvolvimento das actividades económicas;
- as infra-estruturas de apoio à vida urbana e às actividades económicas;
- a melhoria da qualidade ambiental.

Do conjunto de projectos e acções para este período, destaco:

- a candidatura ao Polis na área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) e a candidatura ao Polis de Sines, para a melhoria das condições urbanísticas e ambientais da cidade;
- a concretização das acções e projectos e obras previstos nas candidaturas ao Programa Operacional da Região Alentejo (PORA) e no âmbito dos Contratos-Programa de Cooperação Técnica e Financeira com a Administração Central;

- a conclusão da construção da Biblioteca e Centro de Artes, lançamento da construção das Piscinas Municipais em Sines, a construção do Centro Cívico de Porto Covo, a instalação de uma escola de artes na Casa Pidwel, para o ensino artístico (música, teatro, dança e artes plásticas);
- a construção de pelo menos um grande jardim público ou parque urbano, quer em Sines quer em Porto Covo;;
- a conclusão da infra-estruturação e expansão da ZIL-2;
- a modernização, qualificação e maior operacionalidade dos Serviços Municipais.

A segunda parte apresenta as actividades mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2002. Na terceira parte é definido o Plano Plurianual de Investimentos, o qual foi elaborado de acordo com as novas regras estabelecidas pelo Plano Oficial da Contabilidade da Administração Local (POCAL), integrando todas as acções e projectos que transitam do ano anterior, bem como todos os outros que se prevêem vir a ser realizados no período 2002-2005, com a especificação da sua programação financeira e data de execução.

Por fim, na quarta parte, é apresentado o Orçamento Municipal para o ano 2002.

Este documento é o resultado de um trabalho de grande alcance, realizado pelo executivo e técnicos da CMS. Deve ser entendido como um guia e um instrumento de trabalho que se aplicará nos programas, projectos e acções dos próximos anos de mandato, criando-nos melhores possibilidades de enfrentar os desafios do futuro estruturante de Sines, com mais confiança e com mais e melhores meios que nos garantam mais qualidade e progresso em benefício das populações e dos empresários do nosso concelho e da região.

A aprovação e a adopção deste documento como um instrumento para o desenvolvimento e progresso é fundamental para o bem de Sines e o benefício dos Sineenses.

O Presidente da Câmara

Manuel Coelho, Dr.



2. Introdução

Este documento apresenta as Grandes Opções do Plano para o período 2002-2005 (GOP 2000-2005), bem como as Actividades Relevantes do Município para o ano 2002, o Plano Plurianual de Investimentos 2002-2005 (PPI) e o Orçamento para 2002.

As GOP foram estruturadas de modo a responder a um conjunto de perguntas simples mas de alcance estratégico:

- Para onde queremos ir?
- Como fazer?
- Quais os recursos disponíveis e o que podemos fazer?

Na primeira parte do documento pretende responder-se às duas primeiras questões, definindo o que são os objectivos estratégicos, os objectivos e políticas sectoriais, bem como os instrumentos de planeamento (intersectorial) e os instrumentos de programação sectorial. Em relação a estes últimos, apresenta-se uma formulação mais genérica, enquadradora da programação detalhada.

Na segunda parte do relatório pretende responder-se à terceira questão, isto é definir, por um lado, aquilo que são as actividades correntes e mais relevantes da gestão autárquica, enquanto na terceira parte são apresentadas as acções e projectos traduzidas no Plano Plurianual de Investimentos.

Na última parte do documento, o Orçamento para 2002 traduz a contabilização da receitas e despesas.



Parte I – Grandes Opções do Plano



3. Para onde queremos ir?

3.1. Introdução

A estratégia de desenvolvimento desejada para o Município de Sines resulta de uma visão política de futuro. Esta visão de futuro é fundada no conhecimento directo da realidade local, dos problemas e aspirações da população e dos agentes económicos, sociais e culturais, das potencialidades e dificuldades existentes ou emergentes no Concelho, na Região do Alentejo e no País, bem como em diversos documentos técnicos e de estratégia de desenvolvimento promovidos pela Câmara Municipal, Governo e outras entidades públicas.

A estratégia de desenvolvimento visa essencialmente responder de forma estruturada à pergunta: **para onde queremos ir?**

A resposta a esta pergunta é constituída por um conjunto de objectivos estratégicos – que traduzem a visão de futuro desejado- bem como por um conjunto de outros objectivos e políticas sectoriais, as quais, quando executadas de forma coordenada, contribuem decisivamente para alcançar o futuro desejado.

Alguns dos objectivos e políticas sectoriais têm um grau de dependência significativo da acção de outros agentes públicos ou privados, bem como da disponibilidade de recursos ainda não assegurados. Assim, uma das vertentes estratégicas de actuação da Câmara Municipal prende-se com a escolha e mobilização de outros agentes (parceiros estratégicos) de modo a tirar a máxima utilidade de sinergias e dinâmicas locais e regionais que se poderão criar. Considera-se fundamental que os principais agentes económicos, sociais e da administração pública partilhem no essencial o diagnóstico da situação actual do concelho, bem como determinados objectivos estratégicos de desenvolvimento. Para este efeito, o instrumento apropriado para a concertação económica e social de âmbito concelhio é o Plano Estratégico do Município de Sines (em conclusão), o qual deverá

compatibilizar-se com outros instrumentos de planeamento inter-sectorial, tais como o Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano, o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira entre Tróia e o Cabo de Sines e entre este e o Cabo de Sagres, ou determinados documentos governamentais, tais como: o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o Plano Operacional de Acessibilidades e Transportes 2000-2006, o Livro Branco de Política Marítimo Portuária, entre outros.

3.2. Objectivos estratégicos

A estratégia de desenvolvimento do Município de Sines proposta para os próximos 4 anos corresponde à organização dos meios e instrumentos disponíveis, bem como à concertação com parceiros estratégicos de modo a que se atinjam os seguintes objectivos:

1. **Desenvolver Sines:** criar condições que contribuam para a concretização dos investimentos na plataforma portuária e industrial e apoio ao tecido empresarial de Sines na internalização dos benefícios do novo ciclo de crescimento económico, nomeadamente no sector turístico, nas pescas e comércio associado e, também, na modernização dos serviços municipais, acompanhando a crescente dinamização do processo de desenvolvimento;
2. **Viver bem em Sines:** organizar e estruturar os aglomerados urbanos para este novo ciclo de crescimento acelerado, qualificando e criando novos espaços públicos e equipamentos colectivos, superando insuficiências na área das infra-estruturas urbanas e promovendo o acesso de todas as famílias a uma habitação adequada às suas necessidades;
3. **Construir o Futuro em Sines:** investir nas pessoas, na sua educação, cultura, formação cívica, solidariedade social, saúde, através da reserva de espaços e promoção de equipamentos de utilização colectiva, bem como no apoio criterioso à promoção de actividades



educativas, culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade social.

3.3. Objectivos e políticas sectoriais

Tendo como referência os objectivos estratégicos já enunciados, os quais correspondem ao cenário de desenvolvimento desejado para o município, as Grandes Opções do Plano 2002-2005 também definem os objectivos e políticas sectoriais a prosseguir, os quais definem as linhas de orientação a serem desenvolvidas pelos vários serviços municipais no sentido de, em cada vertente, contribuir para a concretização da visão de futuro descrita nos objectivos estratégicos.

As políticas sectoriais concretizam-se através de instrumentos de planeamento inter-sectorial (planos), instrumentos de programação sectorial (programas operacionais, regulamentos), os quais integram um conjunto de acções, projectos e medidas de carácter administrativo.

3.3.1 Adequar a política de ordenamento do território e ambiente aos novos desafios associados à plataforma portuária e industrial

O ciclo de crescente dinamismo económico e de transformação do território que se prevê e se pretende no concelho e que tende a manter-se pelo menos a médio prazo, exige reflexão e a necessidade de adequação dos instrumentos de gestão territorial de âmbito concelhio e sub-regional (Plano Director Municipal e Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral, Planos de Ordenamento da Orla Costeira) a este novo contexto de desenvolvimento. A revisão destes dois instrumentos deverá ter início em 2002 e deverá ser realizada de forma coordenada entre si e com a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Com as informações disponíveis, considera-se que as principais questões a ter em conta na revisão deste dois instrumentos de gestão territorial são:

- A expansão e aumento da intensidade de utilização da plataforma portuária, colocando várias exigências sobretudo ao nível das infra-estruturas de transportes terrestres de nível local, nacional e internacional;
- A instalação de novas unidades industriais de grande e média dimensão que não gerem impactos ambientais significativos;
- O aumento da intensidade de uso do solo devido a actividades humanas (actividades portuárias, industriais, residenciais, comerciais, etc.) com as consequentes exigências de expansão e adequação das principais redes de infra-estruturas de água para consumo doméstico e industrial, drenagem e tratamento de águas pluviais e efluentes domésticos e industriais;
- A instalação de novas unidades turísticas e relocalização de outras (parques de campismo) e as consequentes exigências de salvaguarda e valorização de recursos naturais, sobretudo na orla costeira onde se tende a concentrar a maior pressão turística, contrariando a tentação do turismo de habitação (modelo Argavio);
- A progressiva qualificação urbanística dos pequenos aglomerados urbanos, em consequência e resposta às propostas dos instrumentos de gestão territorial, a realizar ou a completar;
- Protecção de biótopos e espaços silvestres de maior interesse para a conservação da natureza e biodiversidade;

Ao nível da política de gestão territorial dos principais aglomerados urbanos, Sines e Porto Côvo, considera-se que, com a aprovação e entrada em vigor dos vários instrumentos de gestão territorial promovidos em 2000/2001 pela Câmara Municipal, está realizado, no essencial, o trabalho de base preparação destes aglomerados para um novo ciclo de crescimento e de qualificação urbanística.



3.3.2 Urbanismo e ambiente: Qualificar o ambiente urbano e natural

A qualificação do ambiente urbano e natural é um objectivo fundamental para que se possa viver bem em Sines, salvaguardando e valorizando a sua identidade e história, bem como o património natural. É fundamental, para garantir o equilíbrio ecológico, a salvaguarda e valorização dos recursos naturais, a sustentabilidade da pesca (sobretudo a artesanal e costeira) e as actividades turísticas qualificadas pelo ambiente natural envolvente.

A política de qualificação do ambiente urbano e natural assenta em instrumentos de gestão territorial adequados à dinâmica de crescimento económico e urbanístico do concelho, introduzindo maior coerência, racionalidade e transparência em todo o processo de uso e transformação do território. O ciclo de planeamento em curso está associado a um importante período de reflexão e discussão junto da comunidade sobre o futuro, isto é, como queremos que seja o território que habitamos e trabalhamos?

Este objectivo é naturalmente interdisciplinar, resultando de intervenções em diversos domínios tais como:

- **Planeamento, ordenamento do território e gestão urbanística dinâmica** de modo a apoiar qualitativamente o processo de crescimento dos aglomerados urbanos;
- **Reabilitação** dos centros históricos da cidade de Sines e da vila de Porto Côvo, promovendo a salvaguarda e valorização do património cultural, intervenções em espaços públicos e dinâmicas de reabilitação de edifícios, designadamente habitacionais;
- **Qualificação urbanística de pequenos aglomerados** habitacionais;
- **Circulação e estacionamento** em meio urbano;
- **Operações de reconversão urbanística** de alguns espaços: realocação de parques de campismo e de grandes equipamentos desportivos para outros espaços mais adequados, utilizando as localizações actuais para equipamentos e funções urbanas que exigem grande centralidade;

- Apoio ao acesso à **habitação**¹ condigna e adequada às necessidades de todos;
- Dotação de **equipamentos de utilização colectiva**¹ de qualidade e adequados às necessidades da população;
- Criação de **espaços verdes** de grande qualidade e dimensão em Sines (parque urbano e/ou grandes jardins públicos);
- Construção de um **sistema de saneamento básico** eficaz, de modo a resolver correctamente a drenagem e tratamento de esgotos, bem como o abastecimento de água a algumas zonas habitacionais ainda não servidas ou com insuficiências;
- Melhoria da **higiene urbana** e introdução do sistema de recolha separativa de resíduos sólidos urbanos tendo em vista a sua reutilização.

3.3.3 Habitação: Promover a satisfação das necessidades actuais e futuras

O objectivo de promover a satisfação das necessidades habitacionais da população é concretizado através da Política de Habitação da Câmara Municipal, a qual assenta nos seguintes princípios:

- **Da solidariedade institucional:** a Câmara Municipal assume solidariamente com o Governo e outras instituições com intervenção neste sector a responsabilidade de criar condições de equidade no acesso à habitação condigna, com características adequadas às necessidades e capacidade económica de cada família.
- **Da equidade:** a Câmara Municipal aplicará os recursos públicos disponíveis na medida e na proporção estritamente necessária de modo a contribuir para a satisfação das necessidades habitacionais das famílias, devendo concentrar o

¹ O sector da habitação e equipamento social são objecto de políticas sectoriais específicas, tendo em conta o esforço organizacional, político, económico e financeiro que representam para a Câmara Municipal, sem prejuízo da articulação entre si e com outras políticas sectoriais complementares.



esforço de investimento para apoiar as famílias com menor capacidade económica e autonomia para satisfazer adequadamente as suas necessidades habitacionais.

- **Da parceria:** a Câmara Municipal dará preferência a soluções que passem pela criação de condições para a promoção indirecta de habitação em parceria com entidades públicas e privadas, bem como com particulares. As parcerias e o tipo de apoios podem revestir-se de várias formas, desde que resultem na produção ou reabilitação de fogos a custos controlados para venda ou arrendamento.
- **Da sustentabilidade económica:** os programas habitacionais apoiados directa ou indirectamente pela Câmara Municipal devem procurar ser totalmente financiados pelos beneficiários, isto é, a contribuição municipal centra-se na criação de novas oportunidades de oferta de habitação a custos controlados e de mecanismos de gestão urbanística e de política de solos que contribuam para um maior equilíbrio entre a oferta e a procura de habitação, de modo a que os preços praticados pelo mercado sejam cada vez mais acessíveis e se aproximem do seu valor económico. Deste modo poderá ser garantido o acesso generalizado da população à habitação própria, ou arrendada, reduzindo o risco de sobre-endividamento ou insolvência das famílias. Os programas habitacionais destinados ao realojamento de famílias com menor capacidade financeira a serem comparticipados a fundo perdido pelo Estado.
- **Da sustentabilidade social:** os programas habitacionais promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal devem atender na sua concepção arquitectónica e inserção urbanística à especificidade cultural, física e económica da população a que se destinam.

A política de habitação municipal pretende atingir as seguintes metas nos próximos 4 anos:

- a) Concluir a operação de realojamento² de 238 famílias (protocolo entre a CMS e a Secretaria de Estado da Habitação);
- b) Promover directa ou indirectamente a construção a custos controlados de mais 320 fogos destinados a famílias com dificuldades económicas de acesso à habitação e a jovens em início da sua vida activa;
- c) Promover a evolução do preço da habitação em Sines para valores competitivos de modo a atrair novos residentes;
- d) Melhorar as condições de acesso dos jovens ao mercado de arrendamento, nomeadamente através da divulgação do programa de Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ);
- e) Incentivar e dinamizar a reabilitação de edifícios de habitação degrada nos centro históricos de Sines, Porto Covo e pequenos aglomerados urbanos, recorrendo para o efeito aos diversos programas³ de apoio existentes e aos meios coercivos disponíveis de modo a salvaguardar as condições de habitabilidade desses edifícios;
- f) Celebrar com o Estado um pacto de solidariedade em matérias de habitação e equipamento social.

Tendo presente que só existe Política de Habitação se existir uma Política de Solos que permita a constituição de uma reserva de terrenos e/ou de um fundo municipal de urbanização, é fundamental prosseguir uma política de exigência na gestão do património fundiário e imobiliário municipal e fazer cumprir os mecanismos previstos nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no que diz respeito à perequação.

² Em 2002 estarão concluídos os primeiros 124 fogos, construídos no âmbito de um Contrato de Desenvolvimento de Habitação entre a Edifer e o Instituto Nacional de Habitação, destinados a realojamento e localizados no Bairro da Floresta em Sines.

³ RECRUA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados; RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal; REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas; SOLARH – Programa de Solidariedade e de Apoio à Recuperação de Habitação; outros programas ou regime que, entretanto, venham a ser criados.



Adicionalmente, considera-se de importância estratégica celebrar com a Administração Central um pacto de solidariedade institucional que permita combater a exclusão social, fenómenos de especulação imobiliária (que sempre tendem a ocorrer nos processos de crescimento acelerado das cidades), bem como a qualificação da cidade. Para este efeito, considera-se fundamental o apoio do Estado, nomeadamente através das disponibilização de terrenos e instrumentos de apoio financeiro que viabilizem a oferta adequada de habitação a custos controlados, de equipamentos de utilização colectiva e de programas de formação profissional.

3.3.4 Equipamento social: Promover e cooperar com outras entidades para satisfazer as necessidades actuais e futuras

Os estudos desenvolvidos no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade de Sines permitiram diagnosticar uma situação de carência de equipamentos de utilização colectiva em todo o concelho de Sines. A taxa de insatisfação da procura dos equipamentos colectivos⁴, actual e prevista para os próximos 10 anos, é mais gravosa em relação nos seguintes sectores:

- saúde;
- acção social: idosos, crianças e jovens;
- educação: 1º e 2º ciclos do ensino básico; ensino tecnológico; ensino artístico e ensino superior (criação de novos pólos em Sines de universidades já existentes);
- cultura: espaços qualificados para a oferta de espectáculos de música, teatro, dança, organização de exposições, seminários e debates, promoção de hábitos de leitura;

⁴ Considera-se taxa de insatisfação da procura potencial de equipamentos colectivos o rácio:

(Pop. Residente Estimada para 2010 - Pop. Base dos equipamentos existentes) / Pop. Base dos equipamentos existentes.

A população base dos equipamentos existentes corresponde ao número máximo de habitantes que deverá ser servido por cada tipo de equipamento colectivo, de acordo com os critérios definidos pelos Ministérios que tutelam cada sector do equipamento social e publicados pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

- espaços verdes: destinados a todos mas em particular aos idosos e crianças;
- justiça;
- segurança interna.

Uma oferta adequada de equipamento social com níveis de atendimento de qualidade são um factor chave para a qualidade de vida das populações em geral e, sobretudo, um instrumento de prevenção de situações de exclusão social, em particular no actual contexto de crescimento económico acelerado, potencialmente marginalizador da população com menores recursos económicos e, sobretudo, dos que têm qualificação profissional insuficiente para acompanhar as novas exigências do mercado de trabalho. Adicionalmente, durante os próximos 10 anos continuará a oferta de um elevado número de postos de trabalho temporários relacionados com as obras portuárias em curso, construção de habitação, comércio e serviços e de obras de urbanização, representando por isso uma sobrecarga sobre todos os equipamentos colectivos bem como outros fenómenos urbanísticos que importa gerir adequadamente.

Neste contexto, a Câmara Municipal já procedeu à elaboração dos instrumentos de gestão territorial (em fase de apreciação) que permitem fixar, de forma mais adequada, novos parâmetros de cedência de terreno para equipamentos de utilização colectiva de modo a constituir uma reserva de solos para a construção de equipamentos colectivos. No entanto, as atribuições e capacidade financeira da autarquia para promover a construção e modernização de equipamentos colectivos é muito reduzida. Assim, uma das vertentes de actuação fundamentais prende-se com a celebração de um pacto de solidariedade com o Estado para a correcta dotação de equipamento social para os próximos 10 anos, bem como a promoção activa de parcerias com instituições privadas que permitam viabilizar a construção e a oferta de serviços de qualidade à população de Sines.

Assim, as principais metas a atingir nos próximos 4 anos são:

- Promover a oferta e construção de equipamentos colectivos adequada à satisfação das necessidades da população actual;



- Planear e lançar as bases para a satisfação das necessidades da população estimada para 2011.

Para além destas metas de carácter mais abrangente, mas mensurável, a Câmara Municipal assume um forte empenhamento na concretização de 5 projectos estratégicos, entre outros, na área do equipamento social:

1. Conclusão da construção do complexo Biblioteca e Centro de Artes (integra biblioteca municipal, arquivo municipal, sala polivalente para cinema, teatro, reuniões, colóquios, seminários, etc., espectáculos musicais e dança, bem como um espaço próprio para exposições);
2. Construção de pelo menos um grande jardim público ou parque urbano;
3. Lançamento da construção das Piscinas Municipais;
4. Lançamento das bases para a construção de um novo complexo desportivo;
5. Instalação de um pólo de ensino artístico;

3.3.5 Promover a educação para a cidadania e protecção civil

O território do concelho de Sines contém várias empresas dos sectores portuário e industrial que vivem um novo ciclo de dinamismo e crescimento acelerado. Esta realidade gera um conjunto de oportunidades e riscos que importa equacionar, de modo a preparar o concelho para tirar o melhor partido das oportunidades e minimizar os riscos existentes ou emergentes. Assim, para além de outras políticas municipais orientadas para gerir de forma sustentável este ciclo de crescimento, nomeadamente no planeamento, ordenamento do território e gestão urbanística, equipamento social, habitação, etc., pretende-se desenvolver um conjunto de acções imateriais que se destinam à promoção de dois valores fundamentais: o da cidadania e o da segurança face a riscos de acidente industrial e tecnológico.

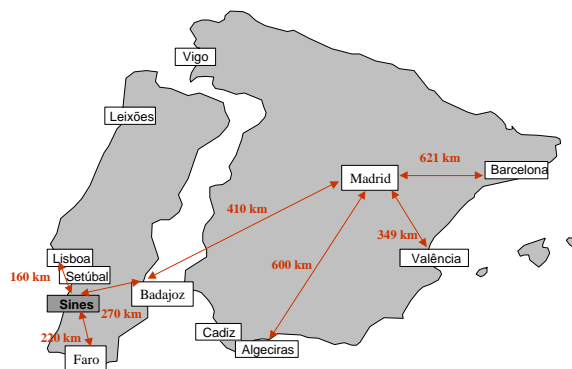
Os ciclos de crescimento económico correspondem também a ciclos de transformação acelerada do território e de alteração das condições de vida e

trabalho dos cidadãos. Nesta medida, importa que essa transformação seja acompanhada e participada de forma responsável e informada pela população e agentes económicos e sociais locais. É neste contexto que se justifica a necessidade de investir na educação dos cidadãos para a cidadania, isto é, para uma participação crítica, activa e responsável no governo das coisas públicas.

3.3.6 Adequar as infra-estruturas de transporte às actividades económicas existentes e previstas

Os principais recursos e factores de desenvolvimento da actividade económica do concelho estão relacionados com as características e posição geoestratégica da plataforma portuária e industrial de Sines. Para além da dinâmica comercial e de interdependências já existentes entre o porto e as várias empresas instaladas em Sines, é consensualmente reconhecida a importância estratégica do alargamento do *hinterland* deste porto, o qual só será viável com a construção e modernização de várias infra-estruturas de transporte de âmbito nacional e local, as quais, ao associarem boas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias às redes de transportes transeuropeias e à plataforma portuária de Sines, criam condições de elevada competitividade e atractibilidade para o transporte de mercadorias através deste porto (ver Figura 1).

Figura 1 - O porto de Sines no contexto dos principais portos da Península Ibérica e distâncias de entre estes e Lisboa e Madrid (Fonte: CESUR/CMS/APS)



Ao nível das infra-estruturas de transporte de âmbito nacional, da responsabilidade da Administração Central, salienta-se a importância das seguintes intervenções que deverão desejavelmente ocorrer a curto e médio prazo:

- Construção e beneficiação dos troços de estrada do IC33, o qual deverá permitir estabelecer uma ligação com características de via rápida entre Sines, Évora e, a partir daqui, através do IP7, estabelecer a ligação Espanha/Madrid/Barcelona e Europa Central (ver Figura 2);
- Obras de construção do IP8, as quais permitirão melhorar a ligação entre Sines, Beja e Espanha/Sevilha, com prioridade ao troço que ligará Sines ao IP1/A2, no nó de Grândola-Sul (ver Figura 2);
- Até 2002, de acordo com os concursos públicos já lançados, adjudicação dos estudos e projectos para a criação em Portugal da rede ferroviária transeuropeia, em articulação com Espanha (ligações de Sines à nova linha Lisboa-Badajoz-Madrid);
- Até Dezembro de 2003⁵, novo acesso ferroviário a Lisboa via Ponte 25 de Abril (Fogueteiro-Pinhal Novo);
- Até 2006⁵, electrificação das ligações Pinhal Novo-Poceirão-Ermidas (para Norte) e Funcheira, Ourique e Faro (para Sul);
- Construção da linha de caminho de ferro entre Sines e Madrid, em sistema transeuropeu (ainda sem data).

Desta forma será muito mais competitivo o transporte de mercadorias através do porto de Sines, combinando os modos de transporte marítimo, rodoviário e ferroviário em sistema transeuropeu.

Figura 2 - Plano Rodoviário Nacional 2000, rede de estradas da Região do Alentejo (Fonte: MES)

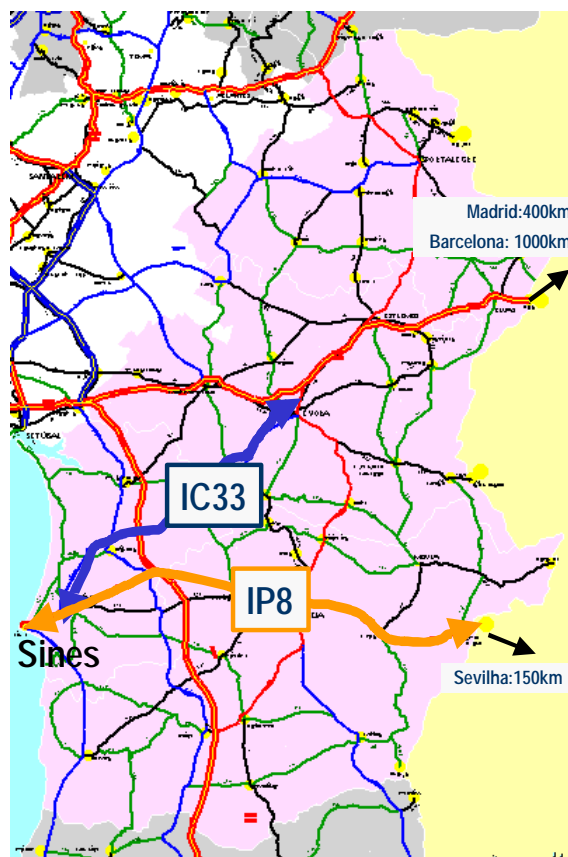


Figura 3 - Estudo das ligações nacionais à rede transeuropeia de caminhos de ferro (Fonte: A. Matias, Presidente da ADFER e Ex-Vice Pres. da RAVE, "Que velocidade para Portugal?", in FER XXI, edição de Janeiro de 2002, n.ºXXIII.)

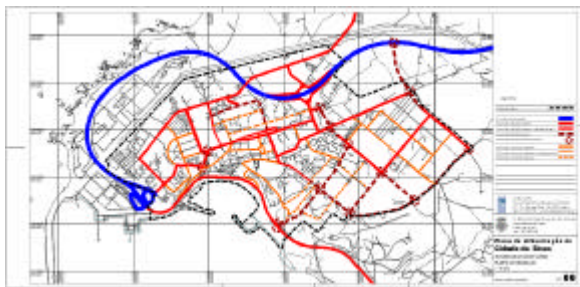


⁵ Programação e compromissos assumidos entre o Governo Português, Administração do Porto de Sines e PSA -Corporation, no âmbito da construção do Terminal XXI, in Borralho, Eugénio (2002), "A concessão do Terminal XXI", comunicação apresentada no Fórum do Conselho Nacional Marítimo e Portuário, a 19/2/2002, em Lisboa.

Em termos de acessibilidade local considera-se prioritário:

- A construção dos nós rodoviários mais adequados nas intercepções entre as vias de acesso directo ao porto e as principais vias rodoviárias nacionais (IP8 e IC4), da responsabilidade da Administração Central e da APS;
- A duplicação da via rodoviária entre S. Torpes e o porto (Terminal XXI), da responsabilidade da Administração Central;
- A construção de novas acessibilidades à cidade de Sines, estabelecendo novas ligações a Norte e a Nascente ao IP8, passando pela zona de expansão da Zona de Indústria Ligeira aí prevista (ZIL-2), da responsabilidade da Administração Central;
- Melhoria da acessibilidade interna da cidade de Sines com várias intervenções ao nível dos principais nós rodoviários, pedonalização de algumas vias do Centro Histórico (Figura 4);
- Melhoria da acessibilidade interna do concelho de Sines, através de intervenções de conservação ordinária em alguns dos troços de estrada que estabelecem a ligação entre aglomerados urbanos.

Figura 4 - Rede viária principal da cidade de Sines (CESUR, Plano de Urbanização, 2001)



3.3.7 Criar as condições adequadas ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas dos sectores turístico, pesqueiro e de indústria ligeira

O apoio ao desenvolvimento das micro-empresas e pequenas e médias empresas (PME) consiste num adequado ordenamento do território, na participação dos agentes económicos no processo de planeamento estratégico do concelho e numa gestão municipal muito dinâmica que permita, cumulativamente:

- a) Melhorar os canais de relacionamento institucional e as parcerias entre os agentes económicos e a Câmara Municipal, nomeadamente:
 - no processo de planeamento estratégico e territorial do concelho;
 - em esforços conjuntos e coordenados para a captação de investimentos públicos e privados relevantes para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente nas vertentes:
 - turística,
 - piscatória,
 - industrial,
 - logística e portuária;
 - na promoção conjunta de operações de urbanismo comercial e de qualificação dos aglomerados urbanos, em particular nas zonas com maior concentração de comércio, serviços ou equipamentos hoteleiros e de restauração;
 - na construção e/ou exploração de equipamentos de utilização colectiva;
 - em operações de marketing territorial;
- b) Promover as condições que favoreçam um crescimento demográfico que permita ultrapassar o limiar de dimensão crítica para uma cidade média e viabilizar economicamente a instalação de determinadas actividades económicas ligadas ao comércio, serviços e turismo, sendo por isso desejável que a cidade de Sines evolua para uma população residente da ordem dos 20.000



habitantes durante os próximos 10 anos, reforçando a sua posição de centro urbano principal no contexto sub-regional;

- c) Proporcionar, através dos instrumentos de gestão territorial, espaços com características e localização adequadas às diversas actividades, designadamente para a instalação actividades turísticas, bem como para a expansão e qualificação urbanística da ZIL 2, garantindo a compatibilidade entre usos do solo e promovendo a complementaridade entre as diversas funções urbanas, as unidades produtivas e o ambiente.

Ao nível do desenvolvimento turístico considera-se que a crescente dinâmica da actividade portuária, logística e industrial é geradora de uma significativa procura de turismo de negócios ou de trabalho, com impactes significativos ao nível da hotelaria e restauração. Adicionalmente, considera-se um factor estratégico para o turismo de recreio e lazer a salvaguarda e valorização dos recursos naturais que constituem o principal factor de atracção turística do concelho, bem como a promoção e divulgação de eventos culturais de grande projecção, tais como o Festival de Gastronomia, o Carnaval de Sines e o Festival de Músicas do Mundo.

3.3.8 Modernizar e qualificar os serviços municipais

A modernização e qualificação dos serviços municipais é um objectivo político que permitirá fazer mais e melhor com os mesmos recursos. Esta questão é particularmente relevante num contexto em que a dinâmica urbanística e económica do concelho coloca grandes exigências à Administração Local em termos de planeamento, investimento público, cumprimento dos prazos de resposta a pedidos de informação, autorização e licenciamento, atendimento de apoio aos municípios e empresas, etc. Como é sabido, as disponibilidades de recursos financeiros e humanos da Administração Local não acompanha a velocidade de transformação do território e a dinâmica económica que está em curso. Assim, torna-se por demais evidente a necessidade de ser eficiente para conseguir fazer mais com poucos recursos. Adicionalmente, a exigência de prestar um

serviço público de qualidade também justificaria por si a existência desta política sectorial.

O esforço de modernização deverá ser desenvolvido de forma gradual, com os funcionários que estejam empenhados em fazer cada vez melhor a prestação do serviço público.

A modernização dos serviços da Câmara Municipal teve início em 1999 com a informatização dos serviços e contratação de pessoal mais qualificado, estando neste momento criadas as condições para se iniciar uma nova fase deste processo. Nos próximos 4 anos deverão ser desenvolvidas novas componentes do processo de modernização, bem como o início do processo de certificação da qualidade, de acordo com o Sistema Português de Qualidade para Serviços Públicos. As principais vertentes de modernização passam por:

- Avaliação de alguns serviços municipais de modo a permitir adequar a sua estrutura organizacional, procedimentos e recursos às crescentes solicitações, sobretudo nos serviços com maior ligação ao processo de transformação do território, dando assim início ao processo da certificação da qualidade;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de informação, divulgação e controle internos, de modo a continuar a prosseguir uma política de transparência na administração pública.
- Criação de novos interfaces de relacionamento pessoal e directo, bem como através da internet, com o tecido empresarial e municípios, de modo a permitir o acompanhamento e uma resposta mais rápida e adequada a todas as solicitações que sejam presentes à Câmara Municipal;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação técnico-política, de forma a garantir o controlo do desenvolvimento das actividades e uma maior capacidade de resposta a solicitações imprevistas;



4. Como vamos lá chegar?

4.1. Introdução

A operacionalização das Grandes Opções do Plano 2002-2005 será desenvolvida através de:

- a) Instrumentos de planeamento, tais como os instrumentos de gestão territorial (PROTALI, POOC, PDM, PU, PP) e o plano estratégico do município, os quais permitem uma compreensão e tratamento global do processo de desenvolvimento nas suas dimensões física, social, económica e temporal;
- b) Instrumentos de programação sectorial, correspondentes a instrumentos internos de política sectorial que definem os objectivos, as medidas, os projectos, as acções, os recursos humanos e materiais e o respectivo calendário de execução;
- c) Medidas de carácter administrativo, organizativo, tecnológico e formativo que permitem adequar progressivamente a capacidade de resposta da Câmara Municipal às exigências e desafios que se colocam no domínio da qualidade do serviço público prestado e da dinâmica urbanística e económica que se vive no concelho.

4.2. Instrumentos de planeamento (intersectorial)

Os instrumentos de planeamento considerados mais relevantes para o desenvolvimento equilibrado e durável do concelho são, para cada nível territorial, os seguintes:

1. Ao nível sub-regional:

- o PROTALI, cuja revisão teve início em 2002;

- o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV), cuja revisão teve início em 2002;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Tróia e o Cabo de Sines;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre o Cabo de Sines e Sagres;

2. Ao nível municipal:

- Plano Director Municipal (PDM), cuja revisão deverá ter início em 2002, em articulação com a revisão do PROTALI e do POPNSACV;
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Município de Sines, o qual deverá ser concluído durante o primeiro semestre de 2002, constituindo uma referência para a revisão do PDM e do PROTALI.

3. Ao nível da cidade de Sines:

- Plano de Urbanização da Cidade, o qual deverá entrar em vigor em 2002;
- Plano de Pormenor da Zona de Expansão Norte da Cidade de Sines, o qual deverá entrar em vigor em 2002;
- Plano de Pormenor da Zona de Expansão Sul-Nascente da Cidade de Sines, o qual deverá entrar em vigor em 2002;
- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Sines, o qual deverá ser concluído durante o primeiro semestre de 2002.

4. Ao nível da aldeia de Porto Côvo:

- Plano de Urbanização de Porto Côvo, o qual deverá entrar em vigor em 2002;
- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Porto Côvo, o qual deverá entrar em vigor em 2002.



4.3. Instrumentos de programação sectorial

4.3.1 Introdução

Os instrumentos de programação sectorial correspondem à definição e organização de meios e políticas para vários sectores considerados estratégicos para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento já enunciados.

No presente documento apenas são identificados os principais instrumentos de programação sectorial e uma apresentação resumida sobre o seu âmbito e objectivos, cabendo o seu desenvolvimento pormenorizado aos Serviços da Câmara Municipal, em articulação com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Coordenação.

Estes instrumentos podem ser designados por políticas, caso sejam predominante constituídas por medidas de carácter administrativo e normativo, ou por programas, caso tenham um carácter predominantemente operacional, integrador de um conjunto de acções e projectos.

4.3.2 Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines

O programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines responde muito directamente ao objectivo estratégico "Viver bem em Sines", tendo em conta o impacto positivo que tem a diversos níveis:

- a) qualificação e criação de novos espaços informais de vivência social;
- b) reforço da identidade cultural e histórica do Centro;
- c) revitalização do Centro Histórico de Sines, rejuvenescendo a população residente, melhorando a qualidade de vida dos habitantes, dinamizando a economia urbana, quer em relação ao comércio local e serviços, quer em relação ao mercado imobiliário e sector das obras particulares de reabilitação de edifícios.

Este programa é constituído pelas seguintes actividades, projectos e medidas:

- Concluir a construção da Biblioteca e Centro de Artes, considerado um projecto estruturante e com efeitos multiplicadores para a dinamização de operações de reabilitação urbana e revitalização do Centro Histórico; [articulação com o Programa de apoio à construção e modernização de equipamentos colectivos]
- Reabilitação dos espaços públicos de circulação e estadia (arruamentos e largos) através do reordenamento da circulação, da eliminação do tráfego rodoviário de atravessamento, criação de arruamentos exclusivos para a circulação pedonal e de velocípedes, aumentar e disciplinar a oferta de estacionamento (bolsas de estacionamento), qualificar urbanisticamente os espaços públicos (ao nível dos pavimentos, mobiliário urbano, sinalização, iluminação pública e material vegetal); [articulação com plano de ordenamento da circulação e estacionamento da cidade de Sines]
- Estudo de implementação da recolha separativa de resíduos sólidos urbanos;
- Dinamização e incentivo à reabilitação de edifícios habitacionais, nomeadamente através dos programas SOLARH, RECRIA, RECRIP, etc. [articulação com a Política Municipal de Habitação]
- Execução das acções previstas na candidatura ao programa URBCOM para a modernização e qualificação do comércio local e dos espaços públicos que servem as zonas do Centro Histórico com maior concentração de estabelecimentos comerciais; [articulação com o Programa de dinamização da actividade económica]
- Acções de salvaguarda e valorização de edifícios com interesse patrimonial classificados ou em vias de classificação, bem como da sua envolvente urbanística.

A dinamização e o acompanhamento destas actividades deverão ser desenvolvidos por uma equipa técnica a constituir, em contrato de cooperação técnica e financeira com a Administração



Central, nomeadamente através da criação de um Gabinete Técnico Local do Centro Histórico de Sines.

4.3.3 Política Municipal de Solos

A Política Municipal de Solos e Habitação corresponde a uma vertente sectorial da actividade municipal com importância estratégica e com impactes directos na melhoria da qualidade de vida da população residente, na atracção de novos residentes e na regulação dos efeitos perniciosos do funcionamento do mercado imobiliário.

A política de solos, subdividi-se nas seguintes políticas sectoriais:

- a) Habitação;
- b) Equipamento social [articulação com Programa de apoio à construção e modernização de equipamentos colectivos];
- c) Economia urbana [articulação com Programa de dinamização da actividade económica];
- d) Gestão do património fundiário e imobiliário da Câmara Municipal Sines.

As intervenções da Política de Solos em relação aos sectores do equipamento social e dinamização da economia urbana são especificados e desenvolvidos nos programas sectoriais definidos especificamente para cada uma destas áreas técnicas (ver capítulo 4.3.5 na página 19 e capítulo 4.3.8 na página 20).

A Política Municipal de Habitação, corresponde à principal área de preocupação da Política de Solos, obedecendo aos princípios enunciados no capítulo 3.3.3 e aos objectivos aí discriminados (página 8), sendo constituída por vários programas orientados para responder a problemas e grupos populacionais específicos.

Programa Habitacional de Realojamento

O Programa Habitacional de Realojamento teve o seu início no mandato anterior através da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal Sines e a Secretaria de Estado da Habitação, o qual permitirá realojar 238 famílias com carências habitacionais (identificadas através do levantamento que para o

efeito foi realizado pela CMS). Este programa deverá ser concluído até 2005, podendo vir a sofrer alguns ajustamentos em função de situações que entretanto venham a ser diagnosticadas e que mereçam o acordo da Secretaria de Estado da Habitação.

Programa de habitação para jovens

Face aos elevados preços do mercado da habitação em Sines, um dos grupos populacionais que tem maiores dificuldades no acesso à habitação própria (para aquisição ou arrendamento) corresponde ao grupo etário dos jovens em início da vida activa e, por essa condição, com uma menor capacidade de endividamento junto da Banca. Assim, o Programa de habitação para jovens tem como principais projectos e acções:

- Promover, directa ou indirectamente, a oferta de habitação a custos controlados em novos empreendimentos habitacionais;
- Promover, directa ou indirectamente, a oferta de habitação em edifícios a reabilitar no Centro Histórico;
- Incentivar os jovens a recorrerem ao programa de Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ).

Reserva de solos e produção de solo urbano para habitação

A boa execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito urbano (PU e PP), nomeadamente ao nível da distribuição perequativa de benefícios e encargos das obras de urbanização e edificação, a disponibilização de terrenos para espaços verdes e equipamentos colectivos, estão dependentes de uma correcta gestão do património imobiliário da Câmara Municipal Sines, da Administração Central e da actividade dos promotores imobiliários.

Sendo conhecida a escassez de recursos dos municípios para fazer face a períodos anormalmente exigentes em termos de investimento público – como é aquele que se vive em Sines - um dos pilares fundamentais que permitirá gerir localmente o ciclo de crescimento acelerado, e que se perspectiva continuar a médio prazo (10 anos), corresponde à constituição de uma reserva de solos adequada à



dimensão dos desafios e exigências que se colocam no presente e futuro.

Em matéria de política de solos, considera-se essencial uma boa cooperação institucional entre a Autarquia e a Administração Central de modo a garantir que todas as parcelas de terrenos públicos abrangidas pelo perímetro urbano da cidade de Sines estejam integradas em objectivos de desenvolvimento urbano e territorial sustentáveis do ponto de vista económico e social. Assim, importa promover a transferência de terrenos entre entidades públicas de modo a garantir a máxima utilidade pública desse património, indispensável à qualificação urbanística e ao desenvolvimento sustentável de Sines.

Para além da adequação do património fundiário de cada organismo da Administração Pública às atribuições, competências e objectivos que devem prosseguir, uma das principais componentes da Política Municipal de Habitação consiste na intervenção da autarquia ao nível da produção directa ou indirecta de solo urbano (terrenos infra-estruturados e integrados no perímetro urbano), bem como na libertação de terrenos do seu domínio privado municipal de modo a diversificar a oferta de habitação a preços adequados aos diversos grupos sócio-económicos da população. A produção de solo urbano orientar-se-á por um elevado nível de exigência de qualidade em relação às obras de urbanização e de edificação, bem como à importância desses empreendimentos para a execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Programa de apoio à promoção cooperativa de habitações a custos controlados

O Programa de apoio à promoção cooperativa de habitações a custos controlados corresponde a uma especificidade da produção de solo urbano para habitação. Este programa pretende apoiar o sector cooperativo que pretenda promover empreendimentos habitacionais a custos controlados ou operações de reabilitação de edifícios antigos para a função residencial (a preços de custo) e que se destinem aos Sineenses. A cedência de terrenos em condições mais vantajosas do que as que são praticadas pelo mercado deverá gerar contrapartidas para o município que lhe permitam prosseguir os seus

objectivos em matéria de habitação e qualificação urbanística, como por exemplo a cedência de uma percentagem dos fogos construídos para o domínio privado municipal, realização de obras de urbanização, etc..

4.3.4 Programa de infra-estruturação urbana

O Programa de infra-estruturação urbana pretende contribuir decisivamente para a estruturação do crescimento dos aglomerados urbanos e para o seu bom funcionamento em termos de ambiente e circulação. Este programa é constituído essencialmente pelas seguintes vertentes técnicas:

- a) Sistemas em alta de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, através de um modelo de gestão intermunicipal ou em associação com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e/ou com a Empresa Águas de Stº. André;
- b) Distribuição, controle de qualidade da água para consumo doméstico e nível de atendimento dos sistemas em baixa;
- c) Drenagem de efluentes domésticos e pluviais e nível de atendimento dos sistemas em baixa;
- d) Hierarquização e adequação das características da rede viária principal, existente e proposta nos instrumentos de gestão territorial, às funções que estas vias desempenham no funcionamento da cidade de Sines e na estruturação do seu crescimento [articulação com Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines];
- e) Ordenamento, adequação e aumento da oferta de estacionamento [articulação com Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines];
- f) Organização e implementação de um sistema de recolha selectiva e tratamento de resíduos sólidos urbanos [articulação com Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines].

Os principais instrumentos técnicos de apoio à gestão e à decisão sobre investimentos públicos nas redes principais de águas, esgotos e rede viária são:



- a) o Plano Director de Infra-estruturas de Águas e Esgotos da Cidade de Sines (a promover);
- b) Elaboração do Plano de Circulação e Estacionamento da Cidade de Sines (a promover).

4.3.5 Programa de apoio à construção e modernização de equipamentos colectivos

O Programa de apoio à construção e modernização de equipamentos colectivos pretende promover um salto qualitativo e quantitativo na oferta de equipamento social em Sines, superando carências existentes e providenciando a oferta adequada às necessidades emergentes que decorrem do crescimento populacional e do esforço de melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente urbano.

As intervenções deste programa situam-se em dois planos distintos:

- a) Por um lado, na correcta gestão da reserva de solos destinados à construção de equipamentos colectivos, independentemente de estes virem a ser promovidos pela CMS, pela Administração Central ou entidades privadas que garantam a prestação do serviço público. Nesta linha de acção, considera-se fundamental uma atitude pró-activa da autarquia na busca de parcerias públicas ou privadas que agilizem o processo de construção e modernização do equipamento social;
- b) Por outro lado, na promoção directa de equipamentos de utilização colectiva que se encontrem no âmbito das competências da autarquia, ou indirectamente, em parcerias com entidades públicas ou privadas nos termos que se considerarem adequados a cada caso.

Os principais instrumentos de planeamento sectorial a promover nesta matéria são:

- a) A Carta de Equipamentos Escolares do Concelho de Sines, particularmente relevante no quadro da progressiva transferência de competências da

Administração Central para as Autarquias no domínio da educação pública;

- b) A Carta de Equipamentos Desportivos, associada ao projecto de construção de um Complexo Desportivo Municipal.

Os principais projectos neste domínio são:

- a) Conclusão da construção da Biblioteca e Centro de Artes [articulação com Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Sines];
- b) Construção das Piscinas Municipais;
- c) Construção do Pavilhão Multiusos de Feiras e Exposições
- d) Construção do Centro Cívico de Porto Covo;
- e) Lançamento das bases para a construção do Complexo Desportivo Municipal, associado à operação de reconversão urbanística dos terrenos actualmente ocupados pelo Vasco da Gama Atlético Clube;
- f) Reabilitação da Casa Pidwell para a instalação de uma escola de ensino artístico (música, teatro dança e artes plásticas);
- g) Construção dos equipamentos escolares, de assistência social e cívicos de proximidade, de acordo com os estudos demográficos e urbanísticos que constam dos instrumentos de gestão territorial da Cidade de Sines e de Porto Covo;
- h) Acompanhamento das obras de construção de equipamentos de utilização colectiva da responsabilidade da Administração Central.

4.3.6 Programa de educação para a cidadania e protecção civil

O Programa de educação para a cidadania e protecção civil consiste no desenvolvimento de acções imateriais que promovam dois valores fundamentais: o da cidadania e o da segurança e auto-protecção face a riscos de acidente industrial, tecnológico e natural.

A vertente de promoção da cidadania será desenvolvida sobretudo nas seguintes vertentes:



- **Mais e melhor informação:** continuar a apostar na partilha de informação sobre as questões relevantes para a vida da população e desenvolvimento do concelho, nomeadamente através do jornal mensal do município, da comunicação social, das potencialidades oferecidas pela internet e tecnologias da informação, de exposições sobre a dinâmica de transformação deste território, etc.;
- **Transformar a informação em conhecimento e capacidade crítica:** através da organização de debates e de acções concretas de colaboração com as escolas é possível aumentar a capacidade reflexiva da população, em particular dos mais jovens, ensinando formas de participação organizada e de leitura e compreensão dos instrumentos de gestão territorial.

Adicionalmente, considera-se relevante o apoio a actividades promovidas por associações privadas sem fins lucrativos e que contribuam para o desenvolvimento da cidadania e valorização pessoal dos cidadãos, em particular dos que se encontram em idade escolar. [articulação com Programa de apoio às actividades culturais, educativas, desportivas e de solidariedade social]

Em relação à vertente de educação para a protecção civil, o programa desenvolve-se em articulação com os restantes agentes da Protecção Civil, orientando-se para a promoção de campanhas de informação sobre os procedimentos a adoptar em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade pública devido à ocorrência de riscos naturais, tecnológicos e industriais. Adicionalmente, deverão ser promovidas acções de formação prática sobre medidas de auto-protecção e primeiros socorros especialmente dirigidas à população jovem em idade escolar e funcionários municipais.

4.3.7 Programa de apoio às actividades culturais, educativas, desportivas e de solidariedade social

O Programa de apoio às actividades culturais, educativas, desportivas e de solidariedade social deverá estabelecer:

- a) os critérios de elegibilidade de actividades, projectos e entidades a apoiar no domínio financeiro, técnico ou logístico;
- b) os montantes máximos em valor absoluto e em percentagem do valor global do projecto ou actividade a subvencionar pela CMS;
- c) os objectivos que esses apoios pretendem atingir, bem como as formas de avaliar esse impacto pela entidade beneficiária.

A elegibilidade de actividade, projectos e entidades será condicionada à existência de documentos que permitam realizar avaliações *ex ante* e *ex post* dos impactos dessas actividades e projectos junto da população, bem como verificar a correcta aplicação dos dinheiros públicos por entidades privadas sem fins lucrativos.

Este programa deverá privilegiar as entidades que ofereçam actividades e projectos à comunidade em domínios onde a oferta existente seja insuficiente e considerada relevante para o bem estar social da população, para a valorização pessoal e da qualidade de vida dos beneficiários, bem como para a promoção do acesso generalizado à produção e fruição artística, cultural e desportiva.

Os apoios financeiros mais significativos deverão ser sempre objecto de contracto-programa ou protocolos com a entidade beneficiária.

4.3.8 Programa de dinamização da actividade económica

A dinamização da actividade económica desenvolve-se em dois planos distintos.

Por um lado, as acções materiais que em parte já são consideradas em outros programas municipais com os quais este se deverá articular, nomeadamente:



- melhoria da acessibilidade interna da cidade de Sines e à plataforma portuária e industrial [articulação com Programa de infra-estruturação urbana];
- aumento e/ou adequação da oferta de espaços para a localização de actividades económicas dentro e fora dos perímetros urbanos, onde se destaca a expansão da ZIL-2 de Sines, bem como os espaços a destinar a actividades logísticas integradas no Sistema Logístico Nacional [articulação com Instrumentos de planeamento (intersectorial)];

Por outro lado, as acções imateriais, consideradas de grande valor estratégico:

- construção de parcerias entre a CMS e outras entidades públicas e/ou entre a CMS e os principais agentes de desenvolvimento em presença de modo a definir objectivos de interesse comum e a consequente concertação de esforços e acções para promover o desenvolvimento do concelho, da região e do País;
- promoção da imagem de Sines como cidade, concelho e porto de grande dinamismo e oportunidades de investimento;
- articulação e relacionamento institucional entre a CMS e os empresários de modo a promover a troca de informações, sinergias e um acompanhamento mais eficiente à actividade económica, dentro da esfera de atribuições e competências da autarquia.

Neste quadro, o Programa de dinamização da actividade económica deverá promover as seguintes actividades, acções e projectos:

- a) Produção de solo urbano com características e localização adequada para a instalação de actividades económicas, sendo uma prioridade a qualificação e expansão da ZIL-2;
- b) Constituição do gabinete de apoio ao empresário ou "loja do empresário", com funções de divulgação e recolha de informações com interesse para o sector empresarial e para a

monitorização municipal da actividade económica e emprego;

- c) Organização de uma campanha de promoção do território, em articulação com os principais agentes económicos em presença, para captação de mais investimentos públicos e privados, bem como para a dinamização nos sectores turístico, comercial, serviços e indústria ligeira;
- d) Acompanhamento e execução da candidatura da CMS/Associação Comercial do Distrito de Setúbal ao programa URBCOM.

4.3.9 Programa de organização interna e modernização administrativa

A organização interna e modernização administrativa dos serviços municipais é uma componente estruturante do processo de desenvolvimento do concelho e da capacidade de execução e eficiência da autarquia para gerir processos de mudança.

A qualidade dos serviços municipais e a eficiência do seu funcionamento são hoje valores fundamentais para acompanhar a evolução de uma sociedade moderna.

Este programa é constituído por medidas, acções e projectos de natureza muito diversificada e que serão consubstanciados da seguinte forma:

- a) melhoria da organização e coordenação interna;
- b) simplificação de procedimentos administrativos;
- c) introdução de tecnologias e sistemas de informação adequados;
- d) formação contínua dos trabalhadores da autarquia;
- e) certificação externa da qualidade de alguns serviços ou actividades;
- f) interfaces de comunicação com o exterior (cidadãos e empresários), de forma personalizada ou através do recurso a tecnologias de informação (*Internet*).



Parte II – Actividades relevantes



5. Actividades relevantes

5.1. Introdução

Com o novo modelo, definido por lei, existem agora em separado o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde são apresentados todos os investimentos nas diversas áreas da gestão Municipal, e as Actividades Relevantes a desenvolver no ano 2002, que compreendem um conjunto de acções como a seguir desenvolveremos.

No PPI são apresentados em mapas próprios os investimentos, onde se designam os projectos ou obras, se define se são realizadas por administração directa ou por empreitada, se indicam as fontes de financiamento, as datas previstas de início e conclusão, bem como o seu custo.

No conjunto das Actividades Relevantes são apresentados, em mapa separado, todos os apoios financeiros às Colectividades e Associações, bem como as contribuições para Entidades ou Instituições de que a Câmara é associada.

Assim, apresentam-se de seguida as Acções Relevantes a desenvolver durante 2002.

5.2. Descrição das actividades

1. Funções gerais

No capítulo das funções gerais enquadram-se a Administração Geral e a Protecção Civil e luta contra incêndios.

1.1.1. Administração Geral

Serão implementados procedimentos tendentes a facilitar a vida aos cidadãos, nomeadamente através da continuação da informatização dos serviços, do incremento da formação profissional, no âmbito do

programa FORAL, da contratação de técnicos qualificados e da disponibilização de novos espaços de trabalho.

Será instalada uma rede de fibra óptica para interligação da informática e de telecomunicações entre os Paços do Município, o novo edifício dos serviços técnicos e os dois edifícios Municipais na ZIL II.

Será criado um gabinete de atendimento ao Município nos Paços do Município.

Continuará a dar-se atenção especial à sensibilização dos trabalhadores nas áreas da higiene e segurança no trabalho.

1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios

Cabe à C.M. dirigir os serviços Municipais de Protecção Civil, onde procurará incrementar a colaboração entre os serviços de segurança das grandes Empresas industriais e os B.V. Sines, e manter actualizado o plano Municipal de Emergência.

Continuará também e, na medida das suas possibilidades, a apoiar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sines.

Neste capítulo estão orçamentadas as verbas mais significativas que constam do Quadro 1.

Quadro 1 - Acções mais relevantes de Protecção Civil e luta contra incêndios

Acções	Valor (euros)	Valor (10 ³ esc.)
Equipamento informático	99.760	20.000
Aquisição de motoniveladora		
Apoios aos B.V. Sines	37.794	7.577
Total	137.554	27.577



2. Funções Sociais

Nas funções sociais incluem-se quase todas as acções que a CMS desenvolve ao longo do ano, tanto por sua iniciativa como através do apoio a outras entidades, designadamente:

2.1.0. Educação

A CMS prosseguirá com o aprofundamento das relações com as Escolas do Concelho, com as Associações de Pais, de Alunos e com toda a Comunidade Educativa.

Para além dos investimentos na melhoria das Escolas Básicas, procurando obter cada vez melhores condições para a educação e de desenvolver projectos para o futuro, continuará a pugnar pelo desenvolvimento do Ensino Pré-Escolar e pela criação do Ensino Superior, procurará melhorar o sistema de transportes escolares, o apoio social escolar e o desporto escolar.

Será promovida a recepção à Comunidade Educativa.

A CMS participará na gestão da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano.

Continuará a apoiar a Universidade de Évora e a reivindicar a construção de um laboratório das ciências do mar.

Será concluído o projecto de um edifício polivalente e dos arranjos exteriores da Escola Básica n.º 1 e lançado o respectivo concurso para a sua construção.

Destacam-se as seguintes acções relevantes que constam do Quadro 2.

Quadro 2 - Acções mais relevantes de Educação

Acções	Valor (euros)	Valor (10³ esc.)
Atribuição de Bolsas de Estudo	49.880	10.000
Cantinas Escolares (excluindo custos de pessoal)	24.940	5.000
Transportes Escolares	149.639	30.000
Apoios a alunos carenciados	7.981	1.600
Apoio às Escolas Profissionais de Sines	31.724	6.360
Total	264.163€	52.960

2.2.0. Saúde

A CMS tudo fará para garantir serviços médicos e de enfermagem suficientes e de qualidade que satisfaçam as necessidades da população.

Manterá os apoios ao seu alcance no tratamento e recuperação de toxicodependentes, sobretudo de famílias carenciadas.

Exigirá a construção imediata do Centro de Saúde e a conclusão, apetrechamento e dotação de meios humanos do Hospital Distrital de Santiago do Cacém.

2.3.2. Acção Social

É uma área em que os Municípios cada vez mais vêm substituindo o Poder Central, numa medida de minorar carências, sem contudo disporem das verbas necessárias a esse fim.

A CMS continuará a apoiar as Instituições locais que desenvolvem importantes acções nestas áreas como sejam a Santa Casa da Misericórdia e a Cercisiago, e a colaborar com Organizações e Associações que apoiam a recuperação de toxicodependentes.

Prosseguirá com o apoio ao Município geminado de Santa Cruz (Cabo Verde).

Além dos apoios referidos às Instituições mais importantes, manterá apoios à Associação Caboverdiana, à Associação de Moradores da Soneta, à Associação de Desenvolvimento e à Associação Sócio Cultural de Porto Covo.

Destacam-se as verbas com as acções mais relevantes no Quadro 3.



Quadro 3 - Acções mais relevantes de Acção Social

Acções	Valor (euros)	Valor (10³ esc.)
Programa de intervenção junto da população idosa	34.916	7.000
Apoio à C.M. Santa Cruz (Cabo Verde)	8.230	1.650
Cercisiago	14.964	3.000
Santa Casa da Misericórdia	45.889	9.200
Serviços Sociais dos Trabalhadores das Autarquias	52.374	10.500
Total	156.373	31.350

2.4.1. Habitação

Na habitação a CMS está empenhada e determinada a executar um programa de construção que contribua decisivamente para eliminar as barracas e atribua a todas as famílias uma habitação digna desse nome. De facto, embora a habitação seja da responsabilidade do Poder Central, a CMS decidiu aderir a um protocolo com o INH com o objectivo atrás referido.

Está assim a decorrer a construção de um conjunto de 124 fogos, destinados a realojamentos de famílias a morar em barracas ou casas abarracadas, ao qual se seguirá uma segunda fase.

Simultaneamente será desencadeado um processo de alienação de terreno para construção no âmbito de um CDH de mais 128 fogos, para venda a custos controlados.

Além disso a CMS continuará a apoiar com a cedência de materiais as famílias necessitadas para melhoria nas suas habitações.

Promoverá também mais uma fase de venda de terrenos no Loteamento do Farol, por ajuste directo, para famílias há mais anos a residir em Sines, construírem a sua habitação.

2.4.2. Ordenamento do Território

Todas as acções no âmbito do ordenamento do território encontram-se inscritas no PPI. Registam-se no entanto as mais relevantes:

- Revisão do PDM, conclusão dos PU de Sines e de Porto Covo, conclusão dos Planos de Salvaguarda das Zonas Históricas de Sines e de Porto Covo e aprovação dos PP das zonas de expansão Norte e de expansão Sul da cidade de Sines;
- Conclusão das obras de qualificação urbanas dos seguintes Bairros: Quinta dos Passarinhos, Operário, Amílcar Cabral, Courela da Cruz, Pescadores e D. Pedro I.

Serão executadas as infraestruturas e arranjos exteriores do Largo Júdice Fialho e do Bairro das Índias.

Continuará a procurar-se solução definitiva para conclusão das infraestruturas do loteamento abandonado pela Investifinatur, conhecido como Art.º 47.

2.4.3. Saneamento

Nesta área o mais importante e urgente é a resolução do problema de condução dos esgotos para a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais).

A CMS aderiu conjuntamente com os outros Municípios do Litoral Alentejano a um sistema Intermunicipal, tendo sido executado um anteprojecto e entregue uma candidatura ao Fundo de Coesão, do qual se aguarda decisão.

Entretanto, foi encomendado pela Câmara um estudo para determinar se a solução preconizada no projecto existente, que consiste numa rede de estações elevatórias em anel é a mais adequada ou se a opção deverá ser separada por bacias.

Ainda sobre este assunto a CMS já reuniu com a Empresa Águas de Santo André, tendo sido abordada a hipótese de ser aquela Empresa a assumir a construção e exploração do sistema. Aqui subsiste porém o custo do tratamento dos efluentes enviados e a tratar que podem vir a constituir um encargo insustentável para a Câmara.



Para qualquer das soluções que venham a ser adoptadas, foi considerada verba em orçamento, correspondente a uma comparticipação Municipal de 25%.

2.4.4. Abastecimento de água

Também para o abastecimento de água em alta foi apresentado ao Fundo de Coesão uma candidatura conjunta com os Municípios do Litoral Alentejano, aguardando-se resposta.

Foram efectuados furos para novas captações em Monte Felo, estando a decorrer ensaios de caudal e de qualidade, bem como o estudo do reforço da capacidade de adução e armazenagem.

Será concluído o sistema de abastecimento a Porto Covo a partir da rede das Águas de Santo André. Prosseguirão os estudos para construção de novo depósito em Porto Covo e sua ligação aos lugares limítrofes.

Será mantida particular atenção ao controlo da qualidade da água para consumo humano.

2.4.5. Resíduos sólidos urbanos

Será implementado o sistema de recolha separativa também para embalagens, já que existe para vidro e papel, logo que construída a central de triagem junto do aterro sanitário de Ermidas.

Será continuamente melhorado o sistema de limpeza pública e de recolha de resíduos sólidos. Serão promovidas acções de educação ambiental.

2.4.6. Protecção do meio ambiente

A CMS intervirá sempre na defesa do ambiente, tanto junto das grandes Empresas, como do Ministério do Ambiente para que aplique medidas para cumprimento da legislação no sentido da preservação da saúde e qualidade de vida.

Serão criadas mais zonas verdes e melhoradas as existentes.

Será construído o Jardim Municipal de Porto Covo.

Serão tomadas medidas para a qualificação do Cemitério.

2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos

2.5.1. Cultura

A CMS prosseguirá com a sua política de promoção de eventos culturais e de apoio às Associações Culturais. Será desenvolvido o projecto de Musealização do Castelo para aí criar o Museu Municipal e a Casa Vasco da Gama e concluído o projecto de restauração do edifício Pidwell para aí instalar uma Academia de Música e Artes.

Prosseguirá a construção da Biblioteca e Centro de Artes.

Prosseguirá o apoio a edições de obras com interesse para Sines.

Serão intensificadas as parcerias com as Associações Culturais.

A CMS promoverá ao longo do ano diversos espectáculos de música teatro e dança, com destaque para os festejos comemorativos do 25 de Abril, Festival das Músicas do Mundo e Dia do Município, com verbas orçamentadas para as acções relevantes que constam do Quadro 4.

**Quadro 4 - Acções mais relevantes de Cultura**

Acções	Valor (euros)	Valor (10³ esc.)
Festival das Músicas do Mundo	249.399	50.000
25 de Abril	44.892	9.000
Dia do Município	12.470	2.500
Difusão das Artes do Espectáculo- parcerias com Ministério da Cultura	39.904	8.000
Apoio ao Teatro do Mar – Associação Contra Regra	55.421	11.111
Apoio ao Centro Cultural Emérico Nunes	66.041	13.240
Apoio à Sociedade Musical URS Sineense	29.429	5.900
Aquisição da imagem de São Bartolomeu	29.928	6.000
Total	527.484	105.751

2.5.2. Desporto, recreio e lazer

A CMS continuará a promover iniciativas de interesse Concelhio, mas as principais acções e iniciativas desportivas assentarão na dinâmica das Associações Desportivas Locais, as quais têm dado provas das suas capacidades na promoção da prática do desporto para todos.

Destacam-se no Quadro 5 as principais actividades promovidas ou apoiadas pela Câmara.

2.5.3. Outras actividades cívicas e religiosas

Serão apoiadas Associações Juvenis do Concelho.

Será promovida a semana da Juventude – Março Jovem.

Serão apoiadas as festividades religiosas de Nossa Sra. das Salvas e de Nossa Sra. da Soledade em Porto Covo.

Quadro 5 – Acções mais relevantes de desporto, recreio e lazer

Acções	Valor (euros)	Valor (10³ esc.)
Meia Maratona Porto Covo-Sines	29.928	6.000
Torneios Internacionais	14.964	3.000
Sines Praia	4.988	1.000
Apoio ao G.C.Sines	52.873	10.600
Apoio ao Vasco da Gama	121.507	24.360
Programa Desporto para todos	29.928	6.000
Campeonato Nacional de Corta Mato	12.470	2.500
Torneio de Futebol Juvenil da Páscoa	9.976	2.000
Total	276.633	55.460

3. Funções económicas

3.3.0. Transportes e comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

Será concluída a construção da estrada da Colmeia e o Viaduto/Aqueduto da Boavista do Paiol; Serão executadas as obras do Beco da Floresta e da Trav. do Calça Virada.

Serão beneficiados os Arruamentos Urbanos e os Caminhos Municipais.

Serão executadas as obras de infraestruturas e arruamentos da ZIL II – 3ª fase.

Prosseguirá a instalação de nova sinalética na cidade de Sines e serão implantados novos abrigos de passageiros.

3.4.0. Comércio e turismo

3.4.1. Mercados e Feiras

Será desenvolvido o projecto para um pavilhão de feiras e exposições;

Em colaboração com a Associação de Comerciantes será desenvolvido o Programa URBCOM;



Serão introduzidas melhorias no Mercado Municipal de Sines e Porto Covo; será estudada forma de dinamizar a feira anual de Agosto e apoiada a realização da Feira de Artes & Ofícios.

Será dinamizado o Gabinete de Apoio ao Empresário.

3.4.2. Turismo

A CMS continuará a investir na promoção turística do Concelho, editando publicações promocionais, participando em feiras, publicando anúncios e spots televisivos e radiofónicos.

Promoverá a Mostra Gastronómica e o Festival da Sardinha.

Apoiará as Festas de Verão em Porto Covo.

Promoverá a vigilância e segurança das praias mais frequentadas do Concelho e a sua limpeza.

O custo das principais acções é apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Acções mais relevantes de Turismo

Acções	Valor (euros)	Valor (10 ³ esc.)
Apoio à Comissão de Carnaval de Sines	59.856	12.000
Limpeza das praias – subsídio à Junta de Freguesia de Porto Covo	12.470	2.500
Vigilância e segurança das Praias	29.928	6.000
Apoio às Festas de verão de Porto Covo	2.494	500
Total	104.748€	21.000



Parte III – Plano Plurianual de Investimentos



6. Plano Plurianual de Investimentos

6.1. Introdução

O Plano Plurianual de Investimentos para o período 2002-2005 foi elaborado de acordo com as novas regras estabelecidas pelo Plano Oficial da Contabilidade da Administração Local (POCAL). Este instrumento de planeamento gestão municipal integra todas as acções e projectos que transitam do ano anterior, bem como as acções e projectos que se prevêem vir a ser realizados no período 2002-2005.

As acções e projectos estão organizadas por funções da autarquia, nomeadamente:

1. Funções gerais:

- Serviços gerais de administração pública (administração geral);
- Segurança e ordem públicas (protecção civil e luta contra incêndios).

2. Funções sociais:

- Educação (ensino não superior);
- Segurança e acções sociais (acção social);
- Habitação e serviços colectivos (habitação, ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos,

protecção do meio ambiente e conservação da natureza);

- Serviços culturais, recreativos e religiosos (cultura, desporto, recreio e lazer).

3. Funções económicas:

- Indústria e energia (iluminação pública);
- Transportes e comunicações (transportes rodoviários);
- Comércio e turismo (mercados e feiras).

Para cada acção e projecto é especificada a sua programação financeira (em euros) e as respectivas datas de execução, bem como uma referência numérica de identificação (objectivo), um código de classificação orçamental e um número único de projecto/acção, sequencial em cada ano, acompanhando o projecto/acção até à sua conclusão.

As acções e projectos são ainda classificadas:

- quando à sua forma de realização (administração directa, empreitadas, fornecimentos e outras);
- quanto às fontes de financiamento, a preencher quando se tratam de projectos com financiamento externo à autarquia local, especificando a percentagem desse financiamento externo (administração geral, administração autárquica, fundos comunitários);
- quanto à fase de execução em que se encontram (não iniciada, com projecto técnico, adjudicada, execução física até 50%, execução física superior a 50%).



6.2. Mapas do PPI